



**UM ESTUDO SOBRE MORTE INFANTIL:
PRÁTICAS FÚNEBRES E A CRIAÇÃO DE CEMITÉRIOS CLANDESTINOS -
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB NO SÉCULO XX**

Autora: Maiza Ribeiro de Sousa¹
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: (izamataraso@hotmail.com)

Orientador: Rodrigo Ceballos²
Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: (rcovruski@gmail.com)

A presente pesquisa discorre sobre as práticas fúnebres em São João do Rio do Peixe-PB, onde perpassa sobre uma análise dos sentidos simbólicos e sensibilidades construídos por meio da forma de como as pessoas se relacionavam com a morte, os mortos e o morrer durante o século XX. Deste modo, o estudo focaliza problematizar os lugares de memórias construídos para a morte infantil: os chamados cemitérios clandestinos. Para um maior conhecimento dessas práticas fúnebres devotados aos “anjinhos”, recorreremos a metodologia da História Oral. Nossos sujeitos vêm do campo ou de uma pequena urbe que desenvolvia-se ao longo do século XX (1940-1990), envolta em saberes higienistas; homens e mulheres que cultuavam os cuidados com seus mortos a partir de seus rituais e práticas de enterro, que reforçavam o laço de familiaridade entre vivos e mortos, produzindo sensibilidades, sentidos e (re)significados diante do último adeus. Ao fazer uso dessas entrevistas que mostram a relação dos sujeitos com os espaços, Alberti (2004, p. 39) discute sobre a importância da história oral e nos mostra as suas especificidades, pois ela ressalta que as entrevistas estão carregadas por uma grande riqueza que está circunscrita no terreno das subjetividades e das representações do passado e isso passa a ser tomado como dados objetivos, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade para se conhecer o nosso passado. Deste modo, o uso da História Oral nos possibilita perceber determinadas maneiras de como os sujeitos usam os espaços reservados aos

¹ Graduada em História- Licenciatura pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras- PB.

² Professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras- PB.



III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades

Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

mortos e quais sentidos se empregam a eles. São João do Rio do Peixe é uma pequena cidade localizada no interior paraibano, que ao longo do século XX se viu imersa em ideias de uma modernidade que chegava ao sertão. Com isso também chegaram os discursos hígidos, que buscavam o controle dos espaços, tornando-os salubres. Esses discursos imprimiam um ideal de civilidade e como alvo dessas alocuções, os mortos tornaram-se indesejáveis para a cidade. Afastados do ritmo cotidiano da urbe, criaram-se os cemitérios extramuros: cemitérios fora da cidade (REIS, 1991). Ao levantar nossos questionamentos sobre as práticas de sepultamento de anjinhos no interior paraibano, mais especificamente em São João do Rio do Peixe, não podemos deixar de dar a atenção devida ao processo de urbanização e reformas que passavam os cemitérios como polos de contaminação, de ameaça a saúde das pessoas, vistos como destoantes ao cenário hígido do espaço urbano. Essas novas formas de pensar que repousava sobre a urbe possibilitou aos médicos fazer uma “revolução cultural”, precisando assim racionalizar alguns espaços, como os cemitérios, e também controlando os funerais espetáculos. (REIS, 1991). Em São João do Rio do Peixe, até a década de 1930 (aproximadamente), sabemos que os cemitérios eram administrados pela Igreja e que a partir desse ano a administração pública (prefeitura) passou a gerir a organização do cemitério na pequena vila, pois somente em 1938 que São João do Rio do Peixe tornou-se cidade. Ao decorrer das décadas de 1930- 1940, São João do Rio do Peixe sofreu em seu cenário um processo de reformas urbanas, empreendidas pelo prefeito Natércio, que organizou ruas, construiu novos edifícios, permitindo um crescimento do espaço urbano. Nesses empreendimentos urbanos pensados para a cidade, talvez o prefeito tenha ganhado apoio do corpo de médicos e farmacêuticos da cidade: médico Filgueira Sampaio, João Izidro, e os farmacêuticos Martinho e Rosalvo, como também do padre Joaquim Cirilo de Sá, que como parte de seus planejamentos “modernos” resolveram botar abaixo o Cemitério Jerusalém. A administração pública da cidade construiu no lugar do antigo cemitério uma Ermida (Capela São Francisco de Assis), e inaugurou fora da cidade um novo espaço para os mortos, o Cemitério Nossa Senhora da Consolação. O novo Campo Santo era administrado pela prefeitura, e a Igreja ainda mantinha determinados poderes neste espaço. Para poder realizar um enterro na necrópole deveria comprar um espaço (vala),



III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades

Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

que segundo os nossos depoentes, não lembram-se de quanto era o valor cobrado pelo lugar no cemitério. Vale ressaltar que a administração pública emprestava o espaço no campo santo, caso a família não tivesse condições econômicas no momento. Esse empréstimo era limitado por algum tempo. Se nesse tempo a família não efetivasse o pagamento do túmulo, outro morto era sepultado nesse espaço, que passava a ser de direito de outra família. Tendo esse contexto como limite para sepultar os mortos, a partir das narrativas que nos conduzem sobre as práticas de sepultar as crianças, dos ritos de morte e de seus lugares de memórias, percebemos que havia uma impossibilidade de comprar o espaço no cemitério, pois tratando-se de um grupo de trabalhadores braçais, com poucas reservas econômicas, o cemitério tornava-se um espaço que hierarquizava seus mortos, pois sepultavam-se os que podiam pagar pelo espaço. Devido a grande mortalidade infantil, algumas famílias optaram em criar seus próprios cemitérios próximos de casa, conhecidos como cemitérios clandestinos. Os cemitérios clandestinos fugiam dos padrões estabelecidos por um discurso médico. Era a família que cuidava desses lugares dos mortos e dos rituais de morte, que geralmente recorriam as rezadeiras que abençoavam os anjinhos e o espaço que depositavam-se os corpos. Havia-se uma simbiose, um sincretismo com práticas populares, que são rejeitadas pelos médicos, mas muitas vezes agregadas pela Igreja, mesmo informalmente. Assim, os cemitérios clandestinos, eram geralmente uma “roça” (espaço no campo), onde a família cuidava como forma de manutenção de uma memória. Os cemitérios clandestinos eram destinados as crianças pagãs, porém neste caso aqui tratado, as crianças recebiam o sacramento do batismo pelas rezadeiras e a recorrência a esses lugares, se dava por questões econômicas, como já discutido anteriormente. A Igreja possuía grande influência nos espaços cemiteriais, no qual infligiam seus preceitos nesses espaços sagrados, já que para a Igreja as crianças pagãs não tinham direito de sepultar-se no Campo Santo. Como afirma Vailate (2010) e Santos ([s.d]), esses limites também expandiam-se aos judeus, hereges, suicidas, homicidas e excomungados. As crianças pagãs não eram bem vindas nos cemitérios oficiais e isso fazia com que as famílias ou parentes próximos procurassem os cemitérios não oficiais (Cemitérios Clandestinos). Por não possuir tal merecimento de repousar seu corpo em solo sagrado, enquanto esperava o retorno do Cristo que ressuscitou de entre os



III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades

Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

mortos, esses pequenos defuntos também poderiam ser sepultados em lugares de mortes trágicas (mártires), refletindo antigas tradições fúnebres, marcando como diz Santos ([s.d] p. 3) cartografias sagradas. Discorrer sobre a morte e buscar explicar como se constituíam as formas de lidar com o corpo dos anjinhos e seus enterramentos em cemitérios clandestinos a partir de suas crenças, e perceber a morte como construção social é nosso objetivo. Nesse sentido, ao longo do século XX os são-joanenses elaboraram sensíveis cenas de despedidas, captadas a partir da forma de como cuidavam dos rituais fúnebres dispensados na hora da morte e os cuidados com o corpo, uma vez que essas formas de relacionar-se com o último adeus produziram sentidos e sensibilidades pautados nas crenças da morte infantil.

PALAVRAS- CHAVE: Sertão da Paraíba, Morte infantil, Cemitérios clandestinos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

REIS, J.J. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTOS, Cicero Joaquim dos. **Quando os corpos rejeitados fundaram os cemitérios dos anjos:** narrativas sobre os enterramentos infantis no cariri cearense.[s.d] Disponível: < <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/559/408>> Acesso em 02/05/2015

VAILATE, Luiz Lima. **A morte menina:** Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.